

A renegociação da dívida

Ed

São fundamentais para a sustentação de uma política cambial saudável os resultados da balança do comércio exterior, o direcionamento dos lucros e dividendos das empresas estrangeiras que operam no País e a entrada de capital de risco de procedência externa. Essas três variáveis na contabilidade de divisas nos últimos meses vêm apresentando um comportamento preocupante, com resultados físicos que colocam o País em posição difícil por força dos valores até aqui acumulados. A diminuição das exportações e o aumento indiscriminado das importações fizeram baixar significativamente o saldo do comércio exterior. No último mês de outubro a queda do superávit da balança comercial caiu verticalmente para US\$ 210 milhões, fazendo as reservas retrocederem para US\$ 4,9 bilhões, num desempenho somente comparável ao desastroso mês de fevereiro de 1983.

Com as recentes medidas adotadas em nível interno, as projeções daí decorrentes recolocam as autoridades brasileiras em condições de renegociar os acordos internacionais sobre a dívida, mantidos os padrões de honra de compromissos graças aos quais o Brasil sustenta uma posição respeitável perante as finanças mundiais. Os ajustes que oferecem estímulos e garantias ao comércio exportador deverão enriquecer as linhas de troca com o exterior, ao mesmo tempo em que, inibindo a expansão da demanda interna, hão de fazer baixar as importações.

Desde 1984 o Brasil está afastado das áreas de captação de recursos externos, exceção feita para os financiamentos de organiza-

ções internacionais. A esse quadro juntou-se, recentemente, uma exacerbação nas trocas internacionais, com uma pauta de importação generalizada e apresentando sensíveis reflexos no desempenho da balança.

Existe um clima receptivo nas mesas de renegociação. A partir das claras e inequívocas declarações do presidente José Sarney, perante a Organização das Nações Unidas, na abertura dos trabalhos relativos a 1985. Naquela oportunidade o Chefe da Nação ofereceu o desenho básico das posições brasileiras para efeito de ajustes com os titulares de créditos externos. O Brasil repeliu o monitoramento do Fundo Monetário Internacional nas ações futuras e de pronto se recusaria a adotar quaisquer programas de recuperação econômica que implicassem maiores sacrifícios para as classes assalariadas. As metodologias críticas, com apelos à recessão, jamais seriam acolhidas pela Nova República. Buscaria o País, por suas próprias opções, os caminhos para honrar os seus compromissos, pagando em tempo hábil e nas oportunidades devidas as escalas de uma via crucis internacional, exigindo recursos próximos de US\$ 12 bilhões anuais para manter em dia a pauta de pagamentos externos.

Essa postura ocorreu num período crítico, com a Nação descumprindo a última Carta de Intenções do governo passado, depois de estar submetida a um estado pré-falimentar no começo da década. Nem por isso os pressupostos para a renegociação se apresentaram negativamente para o Brasil. Logo ao iniciar-se o presente exercício financeiro

celebraram-se com os bancos internacionais ajustes importantes dentro de uma pauta que incluiu a redução do spread sobre boa parte da dívida, o reescalonamento das amortizações vencíveis em 1985 e, o que é mais importante, a prorrogação de linhas comerciais e interbancárias até este ano.

E exatamente esse acordo que está para ser renegociado em princípio de 1987. Para que fossem removidos os principais óbices para encaminhá-lo de forma satisfatória algumas providências deveriam ser adotadas, o que de fato ocorreu recentemente, cortando-se, no nascedouro, uma crise cambial de proporções imprevisíveis.

Diante desse quadro e considerando-se a resistência dos banqueiros internacionais, insistindo no aval do FMI, o importante é manter as condições favoráveis que se registram nos seus escalões maiores, cujo relatório normal, previsto para todos os Estados-membros, não é hostil aos brasileiros.

Restaria, portanto, às lideranças partidárias que acabam de consagrar-se nas urnas, alcançando índices sem precedentes na história política deste País, uma atitude de prudência responsável com vistas às negociações que dentro de poucos dias ganharão estágios definitivos no encaminhamento do problema. Entre o falar e o agir e o prometer e cumprir vão distâncias imensuráveis nas grandes questões de Estado. Portanto, entre as ameaças de uma moratória e a sua declaração formal existem espaços onde cabem perfeitamente a ruína de todo um povo e o descrédito irreversível de uma nação.